

Jean-Claude Kaufmann

A Invenção de Si. Uma Teoria da Identidade

Lisboa, Instituto Piaget, 2005

Estava-se em meados da década de 70, numa época em que se faziam sentir já sobremaneira os efeitos da “rajada identitária” que perpassava as Ciências Sociais e as Humanidades, quando, nas conclusões de um seminário interdisciplinar dirigido por Claude Lévi-Strauss, se escreveu a propósito da identidade que ela seria “une sorte de foyer virtuel auquel il nous est indispensable de nous référer pour expliquer un certain nombre de choses, mais sans qu’il ait jamais d’existence réelle”.¹ Mais do que o cepticismo e as reticências que alguns dos participantes denotavam face ao valor de um conceito tão novo e tão popular, o que é extraordinário nesta frase é a sua capacidade de antecipação e de em poucas palavras exprimir as qualidades paradoxais que haveriam de marcar no futuro o debate sobre as identidades modernas.

Escusado será dizer, portanto, que a identidade nunca foi um conceito pacífico e que hoje, passadas cinco décadas sobre a sua introdução na linguagem científica, continua à procura de referências teóricas estáveis, mesmo que alguns consensos frouxos possam, por vezes, aparentar o contrário. A modernidade e as condições novas de existência que introduz na vida dos indivíduos e das colectividades são os primeiros responsáveis pela ascensão do tema ao ponto de o ter tornado numa “evidência socialmente necessária” e inquestionável. Daí à utilização disciplinar generalizada, às definições diversas e largamente contraditórias, aos significados fluidos e indefinidos da linguagem e das paixões comuns, foi um caminho rapidamente percorrido. Quem procure hoje na identidade uma ferramenta de análise rigorosa tem de se confrontar primeiro com um trabalho exigente de crítica de uma noção retalhada entre definições substancialistas e subjectivistas, entre aplicações a sujeitos individuais e colectivos, entre visões fixistas ou dinâmicas e fluidas da matéria identitária. Um conceito que tem tanto de estimulante como por vezes de labiríntico e desconcertante.

A Invenção de Si, de Jean-Claude Kaufmann, nasce precisamente desta avaliação de que a identidade se tornou uma espécie de “algodão doce”, uma substância a que se colam incessantemente todo o género de novos significados,

¹ Lévi-Strauss, C. ed. *L'Identité*. Paris, Éditions Grasset, 1997.

dificultando o lançamento das bases para um trabalho mais sério. O propósito do autor com este livro é duplo. Primeiro, começar por clarificar conteúdos das definições e, mais frequentemente, dos significados implícitos que foram sendo endereçados à noção. Valha a verdade que a descrição produzida neste domínio é breve e a selecção muito feita em função das teses particulares do autor. Quem quiser uma história exaustiva do conceito dispõe de outros balanços mais completos e igualmente actualizados na literatura recente.²

Mas o verdadeiro objectivo do trabalho é bem mais audacioso e é dele que se ocupam 8 dos 10 capítulos da obra. Trata-se não só de propor novas análises dos factos identitários, como de, a partir de um trabalho de recuperação de contributos anteriores apresentados por outros autores, esboçar as bases para uma teoria geral da identidade. São várias as teses que aqui dão forma a este programa, sempre expressas com força e clareza, sem espaço para ambiguidades. Assumindo um ponto de vista meramente subjectivo e correndo o risco de omitir teorizações igualmente relevantes, destacaria três destes contributos de Kaufmann para o debate sobre a identidade.

Antes de mais, a necessidade de inscrever o fenómeno na história. As formas contemporâneas da identidade não têm uma validade antropológica universal, não podem ser vistas como se fossem intemporais e pudessem estar para além dos contextos histórico-sociais em que se manifestam. Esquemáticamente, podemos, seguindo este raciocínio, distinguir as identidades subordinadas, próprias de sociedades holísticas, das identidades autónomas, fruto das sociedades abertas e democráticas. Nas primeiras, a identidade é socialmente concedida, uma encarnação da regra social que atribui a cada indivíduo um nome, um lugar e um papel. Puros reflexos da estrutura que tudo comanda, as identidades são a sua expressão individual e, como tal, negligenciáveis. Só existem enquanto efeitos.

A marcha em direcção à revolução identitária dá-se à medida que as antigas identidades monolíticas vão sendo postas em causa na sua coerência, as instituições que as sustentam se fragilizam e se abre espaço para a liberdade e a incerteza. O Iluminismo e domínio simbólico da Razão, a formação do Estado, são os primeiros factores decisivos da viragem. Os indivíduos, e já não as comunidades, tornam-se o pólo da organização social, dirigida por um "programa institucional"³ que se serve de instituições como a Escola

² Por exemplo, o título *Social Identity*, de Richard Jenkins, editado em 2004 pela Routledge.

³ Conceito de Dubet (2002), tomado de empréstimo por Kaufmann.

para, através de um corpo doutrinário homogéneo e integrador, socializar os indivíduos para papéis sociais específicos e, no mesmo movimento, teoricamente, constituir-los como sujeitos autónomos pelo pensamento.

O aprofundamento dessa autonomia só acontece na fase presente da Modernidade, quando a emergência da subjectividade permite aos sujeitos distanciarem-se em relação aos papéis mais rígidos dos quadros tradicionais de socialização, ao mesmo tempo que um novo tipo de papéis, flexíveis e mutáveis, vai permitindo aos indivíduos construir-se e definir-se de uma forma mais livre nas escolhas, mas também menos segura nos processos e nos resultados.

A fazer fé nesta tese, a tão propalada "crise das identidades" torna-se um lugar comum equívoco. A valorização social das identidades, partindo da ideia de que estas funcionariam em *deficit*, é um facto novo que resulta precisamente das dificuldades trazidas pela oscilação das referências existenciais. A questão identitária só atingiu o estatuto actual porque, submetendo-se à ideologia da modernidade, o indivíduo tem de acreditar em si mesmo como entidade dotada de estabilidade e autonomia, apesar de todo o processo conducente à produção identitária provocar agora um maior grau de incerteza e, em muitas ocasiões, se revelar plural e contraditório. Como diz Kaufmann, com um certo espírito, "antes da crise, não havia propriamente falando identidades" (p. 53).

Uma segunda perspectiva introduzida por Kaufmann é a de que a identidade não é simplesmente um processo reflexivo ou narrativo, como hoje maioritariamente se aceita depois de ter diminuído o peso das visões substancialistas. Há, segundo Kaufmann, um papel até aqui ignorado e que situa a identidade entre as condições da acção na modernidade. Mas de que modo é que estas duas categorias, identidade e acção, até aqui largamente separadas pelo saber científico, podem ser cruzadas, e as identidades se podem tornar operatórias? Recorde-se que a modernidade intima os indivíduos a serem eles próprios a definir as suas identidades, enquanto, paralelamente, os responsabiliza pela multitude de escolhas práticas que é preciso realizar a cada momento. Ora, quer estejamos a falar de pequenos actos quotidianos ou de grandes opções biográficas, é imperativo que a reflexão sobre o sentido da acção se faça com recurso à identidade.⁴ A identidade aparece implicada na condução dos processos performativos, porque a acção não pode ser pensada

⁴ Esclareça-se que a identidade não se vem substituir a outras determinantes da acção. Kaufmann admite que uma parte importante da acção continua a ser impulsionada pela socialização e pelos esquemas incorporados.

ou decidida pelos agentes sem ser no quadro das representações que estes possuem de si mesmos e das representações sobre a orientação que querem dar à sua vida. Neste sentido, Kaufmann chama sobretudo a atenção para o facto de que a mobilização afectiva e a energia necessárias à realização da acção dependem da fixação de uma imagem identitária e da confiança e auto-estima gerada nos sujeitos pelo reconhecimento e pela validação externas das suas representações: “não há acção possível sem convicção nas identidades que se inventa” (p. 171).

Essa mesma estima de si próprio, que produz consequências sobre a acção, não se constrói de modo idêntico em todos os meios sociais. O que nos remete para o último aspecto que queríamos salientar nas propostas de Kaufmann, o de que “a posição social ocupada e os recursos (ou a ausência de recursos) que lhe estão associados definem o essencial das formas como a identidade se exprime» (p. 175). O ponto de partida para este raciocínio é que, com a emergência das sociedades democráticas, a institucionalização dos princípios igualitário e de responsabilização individual muda o espaço das desigualdades. As desigualdades relacionadas com a actividade, com a repartição dos recursos económicos e culturais, com o sucesso e o estatuto, alargam-se e passam a ter nas representações dos actores sobre si próprios, nas imagens e nas emoções que as veiculam um novo espaço de expressão. As desigualdades sentidas deixam de estar relacionadas apenas com as privações materiais; as privações de valor humano, de sentido para a vida, de respeito social, tornam-se efeitos e factores de desigualdade sob a forma de registo identitário. O exercício analítico de observar o “social a ser reformulado pela identidade” conduz Kaufmann a tentar tipificar algumas modalidades de expressão identitária, ligando-as ao nível e à diversidade de recursos ao dispor dos protagonistas. Uma das três modelizações expostas – para nos ficarmos por uma exemplificação breve – reporta-se às explosões emocionais e por vezes violentas que a partir dos “subúrbios sensíveis” assolam as sociedades ocidentais. Aqui, onde a fraqueza dos recursos económicos, sociais e culturais e as imagens estigmatizadas dos lugares e das pessoas limitam *in extremis* a quantidade e a variedade dos “si mesmos possíveis” (isto é, as afixações identitárias a que cada um pode aspirar com razoabilidade), desenvolvem-se mecanismos de encerramento que não deixam frequentemente outras saídas além das explosões e das descargas emocionais. Independentemente dos alvos e dos conteúdos, por vezes indefinidos ou muito imprecisos, estes movimentos oposicionais são potenciais geradores de fluxos identificatórios capazes de

restabelecer nos actores, ainda que transitoriamente, a estima por si próprios. Este modelo de expressão identitária que toma a forma de eclosões de raiva existencial é designado pelo termo *Voice*.

Kaufmann não era, até à publicação deste e de outro trabalho recente de igual fôlego, dedicado à sociologia do indivíduo, um autor anónimo. Muito pelo contrário, os seus estudos situados no quadro da vida quotidiana, e muito em particular das questões da família, da conjugalidade e das identidades de género, haviam-lhe granjeado alguma notoriedade e projecção, inclusive fora do mundo académico. Com a publicação do livro *A Invenção de Si* e as teses consistentes nele avançadas sobre a identidade, demonstra de novo uma qualidade que se tornou rara: a de teórico, alguém capaz de se aventurar no ensaio e numa tentativa de compreensão global de fenómenos que estão no centro das problemáticas sociológicas contemporâneas.

José Cavaleiro Rodrigues
Escola Superior de Comunicação Social